

ENTRE A INOCÊNCIA E O PROFANO: A SEXUALIDADE NA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Raquel Gonçalves **Salgado** – PPGEduc/UFMT

Carmem Lúcia Sussel **Mariano** – PPGEduc/UFMT

Evandro Salvador Alves de **Oliveira** – UMinho/Portugal

Resumo

A infância como tempo da inocência é uma das imagens seculares na qual se fundam as concepções da vida humana, de sujeito e de mundo na cultura ocidental. Neste trabalho, considera indispensável o debate, no campo da educação, sobre as imagens sociais da infância, muitas vezes paradoxais, que circulam na escola e nos discursos públicos, e trazem ora a inocência como moldura, ora a sexualidade como o elemento violador dessa sacralização e valor da cultura do consumo. Na virada do século XXI, esse debate ganha muitos vieses na pesquisa acadêmica, ora tende à proclamação de uma possível “morte” da infância, ora afirma novos mapeamentos simbólicos da infância contemporânea, com o redesenho de suas fronteiras com a vida adulta. As reflexões ancoram-se, também, em uma pesquisa com crianças de uma escola de Educação Infantil. Na cultura midiática, o “profano” – discursos que dão visibilidade à sexualidade – entra na escola sem pedir licença. Mais do que proteger as crianças, cabe educá-las a se apropriarem dos signos da mídia pelo viés da crítica e da criação de culturas que não permaneçam encerradas na moldura da lógica do consumo.

Palavras-chave: Infância. Sexualidade. Mídia

ENTRE A INOCÊNCIA E O PROFANO: A SEXUALIDADE NA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

1 Introdução

A infância como tempo da inocência é uma das imagens seculares na qual se fundam as concepções da vida humana, de sujeito e de mundo na cultura ocidental. A família nuclear e a escola, no auge da modernidade do século XVII, se consolidam como instituições sociais que assumem a responsabilidade de dar vida e corpo a essa imagem, que se perpetua nos discursos, nas práticas sociais, nas cenas políticas e nas

relações cotidianas com as crianças, nas mais diferentes esferas da vida social. Ainda que estejamos vivendo, em tempos atuais, transformações culturais e subjetivas intensas, postas por práticas de consumo, pela emergência de novas tecnologias que mediam as relações humanas e mexem com estruturas sociais e paradigmas balizadores de sistemas de pensamento, o manto sagrado da inocência em torno da infância mantém sua força simbólica.

Neste trabalho, debruçamo-nos sobre o debate, que consideramos indispensável no campo da educação, sobre as imagens sociais da infância, muitas vezes paradoxais, que circulam na vida social, na escola e nos discursos públicos, e trazem ora a inocência como moldura, ora a sexualidade, por um lado, como o elemento violador dessa sacralização e, por outro, como valor da cultura do consumo.

Nas cenas do processo histórico de constituição do conceito de infância na cultura ocidental, a sexualidade precisa ser expurgada da vida das crianças para a solidificação do desenho da infância inocente. Por outro lado, no tempo presente, outras cenas aparecem: crianças que compartilham assuntos, saberes, experiências e valores, atravessados por discursos midiáticos que têm na sexualidade o seu mais forte dispositivo; crianças cujos corpos são ressignificados nessa rede complexa de signos contemporâneos – produtos e imagens – em busca de uma visibilidade alcançada pela sedução e erotismo.

Diante dessas cenas, buscamos discutir algumas questões: que imagens de infância aparecem nas cenas da vida cotidiana e maculam a aura da inocência? Como as experiências das crianças com a sexualidade têm desenhado outros territórios e mapeamentos da infância no cenário contemporâneo, sobretudo nos contextos educativos? Para tanto, entramos no debate, iniciado por Buckingham (2007) na virada do século XXI, sobre a infância na contemporaneidade a partir da publicação de trabalhos de pesquisadores que passam a se debruçar sobre o fenômeno das repercussões das transformações culturais na vida das crianças, principalmente nos Estados Unidos. Um desses pesquisadores é Neil Postman, que publica, em 1994, em Nova York, a obra “O desaparecimento da infância”, a qual passou a assumir um status paradigmático para os argumentos que advogam a favor do esmaecimento de fronteiras entre a vida adulta e a infância, a ponto de desembocar na morte desta última na contemporaneidade.

Por entendermos que este é um debate que, embora tenha se iniciado há mais de uma década e carrega, ainda, tensões e controvérsias, sobretudo no campo da educação,

optamos por, neste artigo, retomá-lo, dando visibilidade à sexualidade das crianças como um dispositivo de poder que se efetiva no campo dos discursos (FOUCAULT, 2006). Para tanto, trazemos à tona cenas de crianças, em espaços educativos, que compartilham referências simbólicas da mídia fortemente pautadas em modos de se relacionar com o corpo, relacionamentos amorosos e sedução, bem como discursos públicos que situam a sexualidade das crianças na ordem do risco e da prevenção.

Com o propósito de tornar o debate mais profícuo, ancoramo-nos em uma pesquisa realizada com crianças, com idades entre 4 e 5 anos, de uma escola de Educação Infantil (EMEI), da rede pública municipal de ensino.

A abordagem metodológica pauta-se na imersão no cotidiano das crianças dentro da escola¹. Nas interações estabelecidas com as crianças, o pesquisador-adulto se insere em um processo discursivo que se abre para a compreensão dos sentidos que são produzidos nessas interlocuções. Nos tempos e espaços da pesquisa, as crianças, nos diálogos que estabelecem entre si e com os adultos – pesquisador e professora –, constroem valores e experiências que dão vida aos grupos e culturas lúdicas que compõem. Buscamos, como grupo de pesquisa, pôr em prática uma metodologia que assuma a importância de as relações com as crianças na pesquisa serem o mote para a compreensão dos discursos que se processam nesse contexto. Além disso, consideramos que tais discursos são atravessados por outros discursos sociais, que circulam entre as crianças, constituindo seus valores, experiências e modos de organização social no espaço educativo. Nesse sentido, admitimos que a produção de conhecimento sobre a infância não se dá no tratamento metodológico de tomar a criança como um sujeito isolado, arrancado de seu contexto, mas como ator social que, no próprio processo de pesquisa, traz os sentidos de viver a infância em uma temporalidade e cultura bem específicas.

2 Uma história da infância: a inocência e a sexualidade das crianças no jogo de poder e prazer

A história contada por Philippe Ariès (1981) sobre o processo de construção histórica do conceito de infância na cultura ocidental é recheada de elementos singulares que trazem situações do cotidiano vividas por crianças e adultos, nas sociedades da

¹ Nessa pesquisa, adotamos como recursos metodológicos as observações participante das relações entre as crianças, acompanhadas por registros em diários de campo e por meio de gravador de voz digital, mediante a autorização prévia das crianças.

França e da Inglaterra, da Idade Média à Modernidade. Um desses elementos diz respeito à presença da sexualidade nas relações cotidianas de crianças e adultos nesses contextos.

Com o propósito de dar visibilidade às mudanças de valores, práticas sociais e costumes que marcam as rupturas da cultura medieval em relação à moderna, Ariès (1981) debruça-se sobre os relatos do médico Heroard, em seu diário, sobre os relacionamentos cotidianos do menino Luís XIII com os pais e amas. Diário este considerado pelo historiador como o documento mais exemplar da ausência do sentimento moderno da infância na virada do século XVI para o XVII. A ausência do decoro nas condutas, os contatos corporais de crianças com adultos em brincadeiras sexuais, os gestos, os toques e as palavras despidas de vergonha e pudor não maculavam a inocência da criança, atributo que, nesse momento histórico, tampouco era assumido como condição da vida infantil.

Ariès (1981) mostra que um dos mais fortes pilares de sustentação do conceito moderno de infância está exatamente nesse processo de moralização das condutas infantis com o claro propósito de afastar da vida das crianças toda e qualquer ideia ou manifestação que remeta à sexualidade. Gerson, um dos mais emblemáticos representantes dessa corrente moralista que ganha força no século XVIII, revelou-se como um “excelente observador da infância e de suas práticas sexuais” (ARIÈS, 1981, p. 132). Seu esforço lança para o campo dos discursos públicos normas, que passam a ser aplicadas por meio da fiscalização e vigilância intensa das condutas e dos relacionamentos das crianças e desembocam na instauração de um sentimento de culpa que, além de reger suas ideias e comportamentos, é fortemente reiterado por educadores e confessores.

A doutrina moralista, inicialmente impulsionada por Gerson e posta em prática nas instituições educacionais, pauta-se em princípios que prescrevem a vigilância das crianças em seus tempos e espaços cotidianos, a seriedade, o recato, a modéstia e a decência em suas condutas e linguagem como regras indispensáveis para a educação das crianças (ARIÈS, 1981).

É no século XVII que, na cultura ocidental, a noção de inocência infantil se impõe, com o enaltecimento da fragilidade e vulnerabilidade das crianças. Elas, ao serem comparadas com os anjos, ficam envoltas no manto sagrado da inocência como marca de sua impecabilidade. A díade inocência e infância, como destaca Ariès (1981), resulta de uma dupla atitude moral perante esta última: preservá-la, por um lado, da

imundície da vida mundana, exacerbada pela sexualidade permitida e, por outro, fortalecê-la por meio do desenvolvimento do caráter e da razão, como antídotos das “paixões desregradas” (p. 144) e dos instintos mais primitivos.

As mudanças de atitude perante a infância, afirma Gélis (2010), demarcam mutações culturais e sociais profundas, incluindo outras relações com o corpo que, a partir do século XVII, com a constituição da família nuclear burguesa, é arrancado simbolicamente da família-tronco-comunitária para individualizar-se na família conjugal. Até o início do século XVII, como nos mostra Foucault (2006), os “corpos pavoneavam” (p. 09) sem incômodo nem descanso. Já no auge desse mesmo século, a sexualidade também é expurgada da vida coletiva e cuidadosamente encerrada no quarto do casal. A ordem familiar moderna encerra-a na função de reproduzir e atribui ao casal a legitimidade de dizer sobre ela e normatizá-la, nomeando-a como segredo.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. (FOUCAULT, 2006. p. 9-10).

Mais do que repressão, destaca Foucault (2006), o que o século XVII inaugura é um sistema poder-saber-prazer, no qual a sexualidade se apresenta como dispositivo privilegiado. A sociedade vitoriana burguesa, no auge do capitalismo, ao dizer sobre a sexualidade, coloca-a no campo do discurso ao mesmo tempo em que a enclausura na ordem do segredo. Trata-se de uma sociedade que “fala prolixamente de seu próprio silêncio” (p. 15). Ao tornar-se fato discursivo, a sexualidade passa funcionar como um dispositivo de poder que se prolifera pelos mais diversos canais: instituições sociais, espaços, regulamentos e condutas. No caso das crianças, as escolas são fortes espaços sociais em que a sexualidade se prolifera como discurso, que quanto mais se enuncia, mais adquire existência como algo a ser contido e disciplinado; mais ganha efeitos de poder. O espaço da sala de aula, dos pátios, dos refeitórios, dos dormitórios, o arranjo das mesas e cadeiras, tudo isso fala de maneira prolixa da sexualidade das crianças como forma de constatar e controlar sua existência (FOUCAULT, 2006, p. 34).

Constitui-se uma aparelhagem social de produção de discursos sobre a sexualidade, na qual cabe muito mais falar do que condenar ou tolerar, com o propósito de gerir e regular segundo padrões perfeitos de utilidade e funcionamento. “O sexo não

se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 2006, p. 31). Nesse processo de administração da sexualidade, cumpre-se, também, mantê-la sob a égide do segredo, no instante em que é posta como discurso e dela se passa a falar.

Nessa teia de relações, instauram-se, para Foucault (2006, p. 52-53), espirais de poder e prazer, elementos estes que não se anulam, ao contrário, se interpenetram num movimento que se efetiva, por um lado, no poder invadido pelo prazer que persegue e se afirma na resistência a esse mesmo poder e, por outro, no prazer que se realiza na vigilância e na fiscalização, bem como no escape a esse poder. À medida que as sexualidades ditas periféricas – dentre elas está a sexualidade das crianças – são isoladas e assim consolidadas, as relações de poder com a sexualidade e o prazer se multiplicam e se entranham com eficácia nos corpos e nas condutas (p. 56).

Entramos no século XXI, numa era aparentemente muito distinta da Época de Ouro da Infância (século XVII), mas ainda fortemente atravessada por debates e embates sobre esse tempo de vida, suas linhas divisórias com a idade adulta, o que pertence ou não ao seu território. É sobre a rede dos discursos, mais contemporâneos, que nos debruçamos para compreender como a sexualidade das crianças continua sendo um discurso que aparece como um divisor de águas da infância com as outras temporalidades da vida humana.

3 Quando o “anjo” cai no mundo, a inocência é posta em xeque e a sexualidade em auge no debate da infância contemporânea

Neil Postman (1999), atento às intensas transformações tecnológicas, culturais, sociais e subjetivas que, nas últimas décadas do século XX, já estavam presentes nos Estados Unidos, põe a público a obra intitulada “O desaparecimento da infância”. Suas análises fundamentam-se na afirmação de que a infância se define em íntima relação com as tecnologias de informação e comunicação vigentes em uma sociedade. No caso da sociedade moderna, a emergência da imprensa foi uma das fortes desencadeadoras da infância como conceito e paradigma da cultura ocidental, posto que o valor social das crianças advém da necessidade de educá-las, no interior das escolas, para que possam compreender e compartilhar os conhecimentos e as informações de uma cultura que vai se tornando cada vez mais letrada. É, portanto, dentro das escolas que as crianças se formam para assumir uma cidadania cujo exercício torna imprescindível, a cada dia, a apropriação dos signos linguísticos da tecnologia impressa que se efetiva por meio da alfabetização, do ensino da leitura e da escrita.

Com o olhar focado nas mudanças tecnológicas e culturais a partir da segunda metade do século XX, Postman (1999) anuncia a derrocada da infância em seu sentido moderno. Para ele, enquanto a prensa tipográfica cria condições indispensáveis para o delineamento da linha divisória entre os mundos de crianças e adultos, a televisão derruba essas fronteiras. Enquanto a imprensa requer formação, posta em prática pelos adultos nas escolas, para que as crianças possam compreender as informações e os conhecimentos que faz circular na sociedade, a mídia televisiva, ao contrário, não exige de seu público qualquer tipo de preparação para interpretar seus signos nem promove segregações.

Com a televisão, os segredos, antes preservados, agora se diluem na corrente de informações que esse meio de comunicação abre para todos/as, sem distinção etária. Dentre esses segredos, estão assuntos e experiências que remetem à sexualidade. Para Postman (1999), um mundo sem segredos é um perigo para a infância e para a demarcação de sua fronteira com o mundo adulto.

O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação. Dadas as condições que acabo de descrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (POSTMAN, 1999, p. 94).

Nessa perspectiva, a sexualidade que havia sido expulsa do jardim da infância, com a mídia televisiva, passa a estar disponível para todos e quebra a divisória das idades, apresentando-se como um único produto para crianças e adultos.

Tensões e contradições permeiam o debate sobre a infância contemporânea. David Buckingham (2007), em sua tese de doutorado², entra nesse debate, ressaltando que tanto aqueles que, como Postman (1999), decretam a morte da infância com o advento da mídia na cultura ocidental, quanto os que consagram a sua redenção com a tese da expertise natural das crianças em relação às novas tecnologias, como Tapscott, Papert, Katz e Rushkoff³, fundamentam-se em perspectivas essencialistas da infância. Partindo da ideia de infância como construção social, que ganha diferentes sentidos em distintas épocas e culturas, Buckingham (2007) afirma que as fronteiras entre infância e vida adulta são desenhadas e redesenhadas, ao passo que as referências simbólicas em que estas se constituem também vão assumindo novas facetas. Definir categoricamente o que pertence ao mundo da infância e ao mundo adulto significa tratar as experiências

² O título original da tese em inglês é “After the death of childhood: growing up in the age of electronic media”, publicada em Londres em 2000.

³ Autores citados e comentados na obra de Buckingham (2007).

e relações entre crianças e adultos como acontecimentos apartados das transformações que movimentam a vida social e cultural. Nessa perspectiva, o desaparecimento da infância, portanto, só faz sentido dentro de uma lógica unívoca da infância, presa aos valores e às práticas culturais do momento histórico em que foi forjada.

O jardim sagrado da infância, erigido na Época de Ouro, tem sido cotidianamente violado pelas próprias crianças, que resistem a ficar confinadas em seus cercos (BUCKINGHAM, 2007, p. 16). Por outro lado, a linha divisória entre o mundo da infância e o mundo adulto é insistentemente patrulhada, inclusive nos dias atuais, na família, na escola e nas demais esferas da vida pública, no sentido de retirar as crianças ou, ao menos, afastá-las de terrenos profanos, sitiados pela violência e pela sexualidade. A aproximação das crianças desses territórios ou, até mesmo, o seu ingresso neles acabam por desenhar outras imagens da infância e da vida adulta, o que resulta em processos de negociação permanente.

Configura-se, nas análises de Buckingham e Bragg (2004) em uma pesquisa, realizada na Inglaterra, com crianças, adolescentes e seus pais sobre o que pensam a respeito dos programas de mídia que trazem a temática da sexualidade, uma espécie de “efeito dominó”: a cultura da mídia e do consumo deflagra o alargamento das experiências das crianças com a sexualidade e, com isto, a perda da inocência. Nesse encadeamento, o conhecimento e as experiências sexuais das crianças, potencializadas pelos discursos midiáticos, enfraquecem as fronteiras entre a infância e a vida adulta, erigidas historicamente para protegê-las. Retomando as análises de Foucault (2006), vemos que os discursos que aprisionam as crianças no jardim sagrado da infância são os mesmos que visam protegê-las, enquanto os que as libertam dessa redoma são os que podem violentá-las.

Entrando no mundo real, deparamo-nos com crianças que, em suas interações cotidianas com músicas, danças, filmes, novelas, publicidade, desenhos animados, vão compondo outros valores e sentidos para suas experiências de infância. Nessa rede de discursos midiáticos, as crianças põem xeque a inocência que, há séculos, se instituiu como um dos seus mais emblemáticos atributos, consagrando-se como sinônimo de “natureza infantil”. Além disso, desafiam o lugar dos adultos – pais e professores/as – que, na maioria das vezes, relutam em compreender tão intensas e profundas mudanças.

Letras e danças de músicas do funk carioca⁴, muito presentes nos discursos e nos saberes que as crianças compartilham, trazem uma erotização fabricada e têm como correlato um ideal do corpo feminino sedutor, fortemente atrelado ao consumo. Por outro lado, essas mesmas letras e danças, já presentes nas culturas das crianças, retiram a sexualidade do esconderijo do segredo da vida adulta e a tornam visível nas experiências e nas vidas das crianças.

Trazemos aqui uma situação vivida na pesquisa com as crianças de uma escola de Educação Infantil, em que a música funk “Ela é Top”⁵, cantada por Mc Bola, passou a ser o *hit* do momento. A introdução da música e das danças na turma se deu a partir de uma das meninas, que se destacou por dançá-la e cantá-la, com coreografia sensual, rebolados, mãos nos joelhos, descendo até o chão. Questionada por nós, pesquisador e professora, sobre como aprendeu a letra da música e sua coreografia, a menina, acompanhada de sua irmã gêmea, que também integra a turma, contou que, quando estavam em casa ouviram a música e assistiam ao videoclipe no notebook da tia porque não possuíam aparelho de TV em casa. As meninas disseram, ainda, que a ausência da televisão se devia ao fato de os pais serem evangélicos e proibirem-nas de assistirem TV. A tia, por outro lado, permitia que as meninas tivessem acesso tanto à música quanto às danças, uma vez que o videoclipe, também, era disponibilizado.

A presença intensa da música acabou deflagrando uma oficina, organizada pelo pesquisador e pela professora da turma, com o propósito de compreender, por meio de diálogos com as crianças, os sentidos que constroem sobre a música e as imagens que a acompanham. Apresentamos o videoclipe, via Youtube⁶, às crianças, utilizando o notebook, na videoteca da escola. Desse modo, música, dança e enredo foram foco de um debate na turma, provocado pela seguinte questão: o que significa ser *top*, arrasar no *look*, tirar foto no espelho, postá-las no Facebook?

Apresentamos, abaixo, o refrão da música “Ela é top”:

Ela não anda, ela desfila
Ela é top, capa de revista
É a mais mais, ela arrasa no look
Tira foto no espelho pra postar no Facebook

⁴ O funk é um gênero musical que derivou da música negra norte-americana no final da década de 1960.

⁵ “Ela é top” é uma música que obteve sucesso na mídia. Sua composição é de Mc Bola e Leo Rodrigues. Mc Bola é o cantor da música e personagem principal (além da moça bela e sensual) do videoclipe disponível na internet em: < <http://www.vagalume.com.br/leo-rodriguez/ela-e-top.html>>.

⁶ Youtube é um site que permite aos seus usuários carregarem (fazerem o *download*) e compartilharem vídeos em formato digital.

A música nos convida a refletir sobre como as crianças decidem compartilhar referências culturais não autorizadas pela família, porém, valorizadas pelo grupo de pares na escola. Essas referências simbólicas, que trazem a sensualidade e a exibição do corpo como valores, são da ordem do segredo para a infância, assuntos aos quais as crianças não podem – ou ao menos não poderiam – ter acesso. O interessante é que, ao desvendarem o mistério e atravessarem a suposta fronteira da infância para a vida adulta, as meninas o mantêm como sigilo na família, mas o compartilham e exibem-no na escola, junto às outras crianças.

Após a exibição do videoclipe, fizemos perguntas sobre o refrão da música:

Pesquisador: E quando a música fala assim: “Ela é top”, o que quer dizer “ela é top”?

Criança: Ele [o Mc Bola] pega a revista e fica olhando pra ela. Ele pega a revista, ele olha, ele olha ela.

Professora: Então, perafá, vamos ver se nós entendemos. Então, quer dizer que é top quem sai na revista?

Criança: É!!!

Pesquisador: Então, ser top quer dizer estar numa capa de revista?

Criança: É, olha lá (apontando para o vídeo). Ela olha pra ele e depois ele olha com o óculos dele pra ela. E ele olha na revista, e é ela.

Tal como o discurso da música, ser *top* significa, para as crianças, aparecer na capa da revista. O “olhar” tem presença marcante nos discursos das crianças, aparecendo como a principal referência para definir o que é *top*: “ela olha pra ele e depois ele olha com o óculos dele pra ela. E ele olha na revista, e é ela”. Trata-se da conquista de uma visibilidade precisa, que não pode ficar sob suspeita: o óculos que confere e certifica a imagem que está na revista, visível a todos em largo alcance.

Outra questão explorada por nós foi o ser “mais mais”, que também aparece no refrão da música.

Pesquisador: Mas o quê que é esse “mais mais”? É mais o quê? Quando fala assim: “ela é mais mais”, o que poderia ser?

As crianças pensam...

Pesquisador: Pode ser mais gorda?

Crianças: Nãoooooo!!! (em coro elas responderam e riram)

Pesquisador: Mais magra pode?

Crianças: Poode!!!

Pesquisador: Por que não pode mais gorda?

Criança: Porque é igual a minha mãe.

Professora: Uai, por que é mais gorda não pode ser top?!

Crianças: Nãoooo!!!...

Professora: Me fala uma coisa, gorda não pode ser top? Por quê?

Criança: Não pode. Porque senão o vestidinho curto não serve.

Pesquisador: Ah tá! Tem que ser magra, então! Magra pode?

Criança: Sim. Magra pode!

Pesquisador: Tem que ser mais o quê?

Criança: Tem que ser mais top, tem que ser mais.... tem que ser top.
As crianças entraram numa discussão de que para ser top tinha que tirar foto no espelho.

Requisitos são necessários para conquistar a visibilidade. Um deles é ter o corpo magro, esbelto e sensual, que aparece como forte signo de beleza na cultura midiática contemporânea. Corpos não fabricados e trabalhados, de mulheres comuns, como a mãe, mencionada por uma das crianças, não alcançam a visibilidade e o status de “mais mais”.

Pesquisador: Gente, e quando a música fala: “tira foto no espelho pra postar no Facebook”?

Criança: É porque ela tira foto no espelho, vai e coloca no Facebook.

Criança: Não, é assim oh!:ela tira foto e coloca no face.

Pesquisador: O que é Facebook, eu não sei gente...é o quê?

Crianças: Eu sei, eu sei, eu sei!!!

Crianças: É isso aí, oh!!! (Apontam para o notebook)

Pesquisador: Ah, é o computador?! Hummm!... E o que faz no Facebook?

Criança: Facebook é internet, ele tem internet, ele tem um monte de coisa, tem vez que ele passa música.

Pesquisador: Alguém aqui tem Facebook?

Criança: Eu tenho. Eu sei, é um computador.

Pesquisador: E vocês já tiraram foto no espelho para colocar no Facebook?

Crianças: Eu já! Eu já!

Posar frente ao espelho, usar o celular para tirar foto e postá-la no Facebook, tudo isso funciona como estratégias para garantir a visibilidade e a identidade *top* que a música consagra. O corpo feminino magro, esbelto e sensual, de vestido curto, aparece como um produto que precisa ser exibido nas vitrines da cultura midiática. As crianças já percebem e identificam espelhos dessa cultura – no caso, o Facebook –, nos quais suas imagens e corpos precisam ser projetados para conquistar visibilidade. Nesses espelhos, o olhar para si requer o aval constante do olhar do outro, representado por uma esfera midiática que atravessa fronteiras de tempo, espaço e, certamente, etárias. Nesses espelhos, as crianças são, também, convidadas a mirarem-se e aprenderem a compor suas identidades, corpos, experiências e desejos, ancorados em códigos que circunscrevem subjetividades e as relações humanas nas molduras da cultura do consumo.

4 Quando a sexualidade das crianças entra em cena no debate público, os direitos de proteção ganham força

Se nestas cenas as crianças lidam com questões que estariam “fora da infância”, é a existência em si da infância que estaria em xeque, ou seria o modo como a infância vem sendo construída por determinados discursos que a circunscrevem como um tempo de inocência e de proteção? Impossível não adentrarmos aqui no terreno melindroso, minado por tensões, decorrentes em boa parte do debate político sobre a infância e seus direitos. Se as crianças puderam, mesmo que tardiamente, ter seus direitos reconhecidos em marcos legais (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança/ONU de 1989, Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990), ainda é ambíguo o modo como nós, adultos, lidamos com a alteridade da criança.

Muito embora tais marcos legais confirmem aos sujeitos até os 18 anos direitos de proteção, provisão e de liberdade/participação, foram os direitos de proteção que tiveram maior ênfase não somente nos próprios textos legais, mas também na difusão e defesa desses direitos. Quando nos pronunciamos sobre os direitos das crianças, em geral, é sob a perspectiva da proteção, ante sua vulnerabilidade inerente, mas não podemos negar a dignidade humana das crianças que também está inscrita nos direitos de liberdade e participação. Não se trata de ponderar qual vertente de direitos é a correta, se trata de uma tensão insolúvel posta no mundo contemporâneo pelos marcos legais da infância entre a proteção e a liberdade de crianças, em boa parte porque nós, adultos, ainda ensaiamos sobre como lidar com a alteridade das crianças (RENAUT, 2002).

Em especial sobre a questão da sexualidade de crianças e jovens tanto a Convenção quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não a contemplam pela ótica do “direito a”, mas sim somente na perspectiva do “direito de” serem protegidos contra o abuso e a exploração. Pirotta e Pirotta (2005) salientam que o ECA “é tímido no tocante aos direitos sexuais e reprodutivos”, posto que sua formulação é pela negativa: “tem sempre o intuito de prevenir o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes pelos adultos. É notável a ausência de direitos afirmativos referentes à vida sexual e à vida reprodutiva” (p. 88).

Deste modo, problematizamos que a ênfase dada à perspectiva do abuso e da proteção obnubila os direitos sexuais de crianças e as invisibilizam como portadoras de interesses próprios. Dessa maneira, estaria prevalecendo uma perspectiva tutelar em relação às crianças. A exclusão da perspectiva dos direitos na discussão da sexualidade de crianças pode acarretar a violação de vários outros direitos: o direito à privacidade,

ao sigilo, à informação, a não discriminação, ao consentimento informado (VENTURA, 2005; PIROTTA E PIROTTA, 2005).

Os discursos que circulam sobre a infância contribuem sobremaneira para o modo como as representações da infância são construídas. Se é inegável o direito da criança em ser protegida contra abusos sexuais, problematizamos os efeitos dessa visibilidade da sexualidade das crianças associada preferencialmente pelo viés negativo, do abuso, da violência, da exploração, como tem propiciado, por exemplo, as campanhas em torno do tema do “abuso e exploração sexual de crianças”. Tal visibilidade reforça a imagem da “inocência violada da infância”, permitindo sua inscrição como “vítima”.

5 Algumas considerações

Músicas, danças, funk, sensualidade, sedução, beleza, visibilidade, ingredientes que alimentam as culturas das crianças e ganham presença na escola. São discursos da ordem do “profano”, se consideramos a sua potência de macular o princípio fundador da infância moderna, que é a inocência. Discursos estes que, mesmo rejeitados pela família e pela escola – instituições sociais que são os ancoradouros históricos da imagem da infância inocente –, estão presentes nos corpos, nos gestos, nas linguagens, nos artefatos, nas roupas e nos valores das crianças.

É irrevogável o papel que as mídias eletrônicas hoje cumprem na composição das experiências culturais da infância contemporânea. Não há mais como afastar as crianças desses signos e códigos midiáticos, que, muitas vezes, desfazem o mapeamento da infância de fronteiras bem definidas com o mundo adulto (BUCKINGHAM, 2007). Nessa cultura, que tem a mídia como um dos seus espaços sociais mais intensos de produção simbólica, o “profano” entra na escola sem pedir licença. Penetra nas relações das crianças, em seus grupos, a ponto de se tornar linguagem comum. Perguntamo-nos: o que a escola faz com isto? Como vê, recebe, responde e se responsabiliza por isto?

Não são perguntas fáceis de responder ou, pelo menos, para as quais tenhamos respostas definitivas ou acabadas. A forte tendência de responder a tais questões é operar com esses discursos “profanos”, unicamente pela via da proteção, haja vista sua potência violadora do mais caro valor imputado à infância, sua inocência. Entendemos que esse esforço está destinado ao fracasso, dada a impossibilidade de arrancarmos essas referências simbólicas das vidas das crianças. Por outro lado, mais do que proteger, cabe àqueles/as que estão diretamente implicados/as na educação das crianças

em formá-las, nos mais diversos espaços educativos, a se apropriarem desses signos, objetos, imagens e discursos pelo viés da crítica, com a abertura de fendas para a criação de culturas que não permaneçam encerradas dentro da moldura da lógica do consumo, em que corpos, sexualidade, beleza passam a estar disponíveis como produtos em uma vitrine.

Foucault (2006) nos provoca a pensar na produção desses discursos para além de sua superficialidade e em seus entrelaçamentos, muitas vezes, contraditórios: que sistema de relações de poder-prazer se enreda nos modos como a sexualidade entra nos discursos contemporâneos? O que os apelos à visibilidade se esforçam por mostrar e, ao mesmo tempo, silenciar? No caso das crianças, os discursos midiáticos “profanos”, que as libertam do “jardim sagrado da infância” e lhe arrancam a inocência, não carregam a multiplicação de poderes que circunscrevem seus prazeres na ordem do consumo?

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____ e BRAGG, S. Dentro ou fora da infância? Crianças, adolescentes, sexo e mídia. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 16.2, p. 13-33, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 17a. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GÈLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. vol. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 311-329.

PIROTTA, W. R. B; PIROTTA, K. C. M. Relações de gênero e poder: os adolescentes e os direitos sexuais e reprodutivos no Estatuto da Criança e do Adolescente. In: ADORNO, R. C. F.; ALVARENGA, A. T.; VASCONCELLOS, M. P. C. **Jovens**,

trajetórias, masculinidades e direitos. São Paulo: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 75-90.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RENAUT, A. **A libertação das crianças: a era da criança cidadão.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

VENTURA, M. Sexualidade e reprodução na adolescência: uma questão de direitos. In: ADORNO, R. C. F.; ALVARENGA, A. T.; VASCONCELLOS, M. P. C. **Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos.** São Paulo: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 31-52.